

JURISPRUDÊNCIA DE CONCORRÊNCIA  
DA UNIÃO EUROPEIA – DE JANEIRO  
A MARÇO DE 2021

*Elaborado por Fernando Pereira Ricardo*

**Abuso de posição dominante**

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 25 de março de 2021, proferido no âmbito do Processo C-165/19 P; ECLI:EU:C:2021:239

*Partes:* Slovak Telekom a.s. / Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Artigo 102.º TFUE – Abuso de posição dominante – Mercado eslovaco dos serviços de acesso à Internet de alto débito – Obrigação de acesso regulamentar ao lacete local para os operadores que dispõem de um poder significativo – Condições fixadas pelo operador histórico para o acesso desagregado de outros operadores ao lacete local – Caráter indispensável do acesso – Compressão das margens – Custos – Concorrente pelo menos tão eficaz quanto a empresa dominante – Direitos de defesa

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 25 de março de 2021, proferido no âmbito do Processo C-152/19 P; ECLI:EU:C:2021:238

*Partes:* Deutsche Telekom AG / Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Artigo 102.º TFUE – Abuso de posição dominante – Mercado eslovaco dos serviços de acesso à Internet de alto débito – Obrigação de acesso regulamentar ao lacete local para os operadores que dispõem de um poder significativo – Condições fixadas pelo operador histórico para o acesso desagregado de outros operadores ao lacete local – Caráter indispensável do acesso – Imputabilidade do comportamento da filial à sociedade-mãe – Direitos de defesa

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 25 de fevereiro de 2020, proferido no âmbito do Processo C-857/19; ECLI:EU:C:2021:139

*Partes:* Slovak Telekom a.s. / Protimonopolný úrad Slovenskej republiky

*Descritores:* Reenvio prejudicial – Concorrência – Artigo 102.º TFUE – Abuso de posição dominante – Repartição de competências entre a

Comissão Europeia e as autoridades nacionais responsáveis em matéria de concorrência – Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Artigo 11.º, n.º 6 – Privação da competência das autoridades nacionais responsáveis em matéria de concorrência – Princípio *ne bis in idem* – Artigo 50.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 28 de janeiro de 2021, proferido no âmbito do Processo C-466/19 P; ECLI:EU:C:2021:76

*Partes:* Qualcomm Inc. e o. / Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Abuso de posição dominante – Mercado dos *chipsets* em banda de base UMTS – Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Artigo 18.º, n.º 3 – Decisão de pedido de informações – Caráter necessário das informações pedidas – Proporcionalidade – Ónus da prova – Auto-incriminação

### **Acordos, decisões de associações de empresas e práticas concertadas**

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 25 de março de 2021, proferido no âmbito do Processo C-614/16 P; ECLI:EU:C:2021:246

*Partes:* Merck KGaA / Comissão

*Descritores:* Recurso – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Produtos farmacêuticos – Mercado de medicamentos antidepressivos (citalopram) – Acordos de resolução amigável de litígios relativos a patentes de processos celebrados entre um fabricante de medicamentos originais detentores dessas patentes e fabricantes de medicamentos genéricos – Artigo 101.º TFUE – Concorrência potencial – Restrição por objeto – Qualificação – Cálculo do valor da coima

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 25 de março de 2021, proferido no âmbito do Processo C-611/16 P; ECLI:EU:C:2021:245

*Partes:* Xellia Pharmaceuticals ApS e o. / Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Produtos farmacêuticos – Mercado dos medicamentos antidepressivos (citalopram) – Acordos de resolução amigável de litígios relativos a patentes de processo celebrados entre um fabricante de medicamentos originais titular dessas patentes e fabricantes de medicamentos genéricos – Artigo 101.º TFUE – Concorrência

potencial – Restrição por objetivo – Qualificação – Cálculo do montante da coima – Direitos de defesa – Prazo razoável – Perda de documentos pelo decurso do tempo – Dever geral de prudência – Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Artigo 23.º, n.º 2, segundo parágrafo – Limite máximo da coima – Tomada em consideração do exercício social que precede a adoção da decisão da Comissão Europeia – Último exercício completo de atividade económica normal

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 25 de março de 2021, proferido no âmbito do Processo C-601/16 P; ECLI:EU:C:2021:244

*Partes:* Arrow Group ApS e Arrow Generics Ltd / Comissão

*Descritores:* Recurso – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Produtos farmacêuticos – Mercado de medicamentos antidepressivos (citalopram) – Acordos de resolução amigável de litígios relativos a patentes de processos celebrados entre um fabricante de medicamentos originais detentor dessas patentes e fabricantes de medicamentos genéricos – Artigo 101.º TFUE – Concorrência potencial – Restrição por objeto – Qualificação – Cálculo do valor da coima

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 25 de março de 2021, proferido no âmbito do Processo C-591/16 P; ECLI:EU:C:2021:243

*Partes:* H. Lundbeck A/S e o. / Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Produtos farmacêuticos – Mercado dos medicamentos antidepressivos (citalopram) – Acordos de resolução amigável de litígios relativos a patentes de processo celebrados entre um fabricante de medicamentos originais titular dessas patentes e fabricantes de medicamentos genéricos – Artigo 101.º TFUE – Concorrência potencial – Restrição por objetivo – Qualificação – Cálculo do montante da coima – Vendas em relação direta ou indireta com a infração

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 25 de março de 2021, proferido no âmbito do Processo C-588/16 P; ECLI:EU:C:2021:242

*Partes:* Generics (UK) Ltd. / Comissão

*Descritores:* Recurso – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Produtos farmacêuticos – Mercado de medicamentos antidepressivos (citalopram) – Acordos de resolução amigável de litígios relativos a patentes de processos celebrados entre um fabricante de medicamentos

originais detentor dessas patentes e fabricantes de medicamentos genéricos – Artigo 101.º TFUE – Concorrência potencial – Restrição por objeto – Qualificação – Cálculo do valor da coima

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 25 de março de 2021, proferido no âmbito do Processo C-586/16 P; ECLI:EU:C:2021:241

*Partes:* Sun Pharmaceutical Industries Ltd e o. / Comissão

*Descritores:* Recurso – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Produtos farmacêuticos – Mercado de medicamentos antidepressivos (citalopram) – Acordos de resolução amigável de litígios relativos a patentes de processos celebrados entre um fabricante de medicamentos originais detentor dessas patentes e fabricantes de medicamentos genéricos – Artigo 101.º TFUE – Concorrência potencial – Restrição por objeto – Qualificação – Cálculo do valor da coima

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 18 de março de 2021, proferido no âmbito do Processo C-440/19 P; ECLI:EU:C:2021:214

*Partes:* Pometon SpA / Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado europeu dos abrasivos de aço – Participação em contactos bilaterais e multilaterais com vista a coordenar os preços em todo o Espaço Económico Europeu – Processo «híbrido» que conduziu sucessivamente à adoção de uma decisão de transação e de uma decisão no termo de um processo ordinário – Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia – Artigo 41.º – Dever de imparcialidade da Comissão Europeia – Artigo 48.º – Presunção de inocência – Dever de fundamentação – Infração única e continuada – Duração da infração – Igualdade de tratamento – Competência de plena jurisdição

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 27 de janeiro de 2021, proferido no âmbito do Processo C-595/18 P; ECLI:EU:C:2021:73

*Partes:* The Goldman Sachs Group Inc. / Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado europeu dos cabos elétricos – Repartição do mercado no âmbito de projetos – Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Artigo 23.º, n.º 2 – Imputabilidade do comportamento infrator de uma sociedade a outra – Presunção de exercício efetivo de uma

influência determinante – Entidade que controla 100 % dos direitos de voto associados às ações de outra sociedade

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 21 de janeiro de 2021, proferido no âmbito do Processo C-308/19; ECLI:EU:C:2021:47

*Partes:* Consiliul Concurenței / Whiteland Import Export SRL

*Descritores:* Reenvio prejudicial – Concorrência – Sanções impostas pela autoridade nacional de concorrência – Prazo de prescrição – Atos que interrompem o prazo de prescrição – Regulamentação nacional que exclui, após a abertura de um inquérito, a possibilidade de que um ato posterior de perseguição ou de inquérito possa interromper o novo prazo de prescrição – Princípio da interpretação conforme – Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Artigo 25.º, n.º 3 – Âmbito de aplicação – Artigo 4.º, n.º 3 TUE – Artigo 101.º TFUE – Princípio da efetividade

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 20 de janeiro de 2021, proferido no âmbito do Processo C-301/19 P; ECLI:EU:C:2021:39

*Partes:* Comissão / Printeos SA

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Decisão que declara a existência de uma infração ao artigo 101.º TFUE – Coimas – Anulação – Reembolso do montante principal da coima – Artigo 266.º TFUE – Juros de mora – Distinção entre juros de mora e juros compensatórios – Cálculo de juros – Artigo 90.º, n.º 4, al. a), segundo período, do Regulamento Delegado (UE) n.º 1268/2012

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 14 de janeiro de 2021, proferido no âmbito do Processo C-450/19; ECLI:EU:C:2021:10

*Partes:* Kilpailu- ja kuluttajavirasto / Eltel Group Oy e o.

*Descritores:* Reenvio prejudicial – Concorrência – Artigo 101.º TFUE – Acordos, decisões e práticas concertadas – Manipulação de processos de concurso – Determinação da duração do período da infração – Inclusão do período durante o qual os participantes no cartel puseram em prática o acordo anticoncorrencial – Efeitos económicos do comportamento anticoncorrencial – Cessação da infração no momento da adjudicação final do contrato

## Auxílios de Estado

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 16 de março de 2021, proferido no âmbito do Processo C-596/19 P; ECLI:EU:C:2021:202

*Partes:* Comissão / Hungria

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Artigo 107.º, n.º 1 TFUE – Auxílios de Estado – Imposto húngaro sobre o volume de negócios relativo à publicidade – Elementos de determinação do sistema de referência – Progressividade das taxas – Dispositivo transitório de dedutibilidade parcial de prejuízos reportados – Existência de uma vantagem de caráter seletivo – Ónus da prova

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 16 de março de 2021, proferido no âmbito do Processo C-562/19 P; ECLI:EU:C:2021:201

*Partes:* Comissão / Polónia

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Artigo 107.º, n.º 1 TFUE – Auxílios de Estado – Imposto polaco no setor da venda a retalho – Artigo 108.º, n.º 2 TFUE – Decisão de dar início ao procedimento formal de investigação – Elementos de determinação do sistema de referência – Progressividade das taxas – Existência de uma vantagem de caráter seletivo – Ónus da prova

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 4 de março de 2021, proferido no âmbito do Processo C-362/19 P; ECLI:EU:C:2021:169

*Partes:* Comissão / Fútbol Club Barcelona

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Auxílio concedido a alguns clubes de futebol profissional – Artigo 107.º, n.º 1 TFUE – Conceito de “vantagem” – Regime de auxílios – Regulamento (UE) n.º 2015/1589 – Artigo 1.º, al. d) – Taxa reduzida de tributação – Entidades sem fins lucrativos – Dedução fiscal menos vantajosa – Incidência – Recurso subordinado – Artigos 169.º e 178.º do Regulamento de Processo do Tribunal de Justiça

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 3 de março de 2021, proferido no âmbito dos Processos C-434/19 e C-435/19; ECLI:EU:C:2021:162

*Partes:* Poste Italiane SpA / Riscossione Sicilia SpA agente riscossione per la provincia di Palermo e delle altre provincie siciliane e o.

*Descritores:* Reenvio prejudicial – Auxílios de Estado – Concorrência – Artigo 107.º, n.º 1 TFUE – Condições de aplicação – Artigo 106.º, n.º 2 TFUE – Serviços de interesse económico geral – Gestão do serviço de conta corrente postal para a cobrança do imposto municipal sobre imóveis – Empresas que beneficiam de direitos especiais ou exclusivos concedidos pelos Estados-Membros – Comissões fixadas unilateralmente pela empresa beneficiária – Abuso de posição dominante – Artigo 102.º TFUE – Inadmissibilidade

Acórdão do Tribunal de Justiça, de 2 de março de 2021, proferido no âmbito do Processo C-425/19 P; ECLI:EU:C:2021:154

*Partes:* Comissão / República Italiana

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Intervenção de um consórcio de direito privado entre bancos a favor de um dos seus membros – Autorização da intervenção por parte do banco central do Estado-Membro – Conceito de “auxílio de Estado” – Imputabilidade ao Estado – Recursos do Estado – Índícios que permitem concluir pela imputabilidade de uma medida – Desvirtuação dos elementos de direito e de facto – Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno

Acórdão do Tribunal Geral, de 17 de fevereiro de 2020, proferido no âmbito do Processo T-259/20; ECLI:EU:T:2021:92

*Partes:* Ryanair DAC / Comissão

*Descritores:* Auxílios de Estado – Mercado francês do transporte aéreo – Moratória sobre o pagamento da taxa de aviação civil e da taxa de solidariedade sobre os bilhetes de avião devidos mensalmente durante o período de março a dezembro de 2020 no contexto da pandemia de COVID-19 – Decisão de não levantar objeções – Auxílio destinado a reparar os danos causados por um acontecimento extraordinário – Livre prestação de serviços – Igualdade de tratamento – Critério da posse de uma licença emitida pelas autoridades francesas – Proporcionalidade – Artigo 107.º, n.º 2, al. b) TFUE – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral, de 17 de fevereiro de 2020, proferido no âmbito do Processo T-238/20; ECLI:EU:T:2021:91

*Partes:* Ryanair DAC / Comissão

*Descritores:* Auxílios de Estado – Mercado francês do transporte aéreo – Moratória sobre o pagamento da taxa de aviação civil e da taxa de solidariedade sobre os bilhetes de avião devidos mensalmente durante o período de março a dezembro de 2020 no contexto da pandemia de COVID-19 – Decisão de não levantar objeções – Auxílio destinado a reparar os danos causados por um acontecimento extraordinário – Livre prestação de serviços – Igualdade de tratamento – Critério da posse de uma licença emitida pelas autoridades francesas – Proporcionalidade – Artigo 107.º, n.º 2, al. b) TFUE – Dever de fundamentação

Acórdão do Tribunal Geral, de 13 de janeiro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-478/18; ECLI:EU:T:2021:2

*Partes:* Hacène Bezouaoui e o. / Comissão

*Descritores:* Auxílios de Estado – Formação em utilização de máquinas de construção com segurança – Reembolso da formação por organismos associativos de gestão paritária (OPCA) – Decisão que declara a inexistência de auxílio de Estado – Conceito de auxílio de Estado – Imputabilidade ao Estado – Controlo público dos recursos.

## **Concentrações de empresas**

Acórdão do Tribunal Geral, de 27 de janeiro de 2021, proferido no âmbito do Processo T-691/18; ECLI:EU:T:2021:43

*Partes:* KPN BV / Comissão

*Descritores:* Concorrência – Concentrações – Mercado holandês dos serviços de televisão e telecomunicações – Decisão que declara a concentração compatível com o mercado interno e com o Acordo EEE – Mercado relevante – Efeitos verticais – Erro manifesto de apreciação – Dever de fundamentação